

ISSN: 2319-0124

EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO: Ensino remoto, híbrido e presencial

Napoleão ZEITUNI JÚNIOR¹; Caio M. G. da C. VIEIRA²; Sueli M. P. de OLIVEIRA³

RESUMO

Em virtude da pandemia, as instituições educacionais optaram por realizar o ensino remoto emergencial como forma de conter a circulação do Coronavírus, utilizando-se dos recursos computacionais de diferentes formas. O presente relato de experiência tem como intuito principal, discorrer sobre a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado Obrigatório realizado na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida (município de Guaxupé-MG), na disciplina de Ciências para os 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, durante os meses de março a dezembro de 2021. As atividades realizadas foram distribuídas em três grandes categorias: Observação da Regência, Regência Compartilhada e Regência Individual. Entre as conclusões obtidas, pudemos perceber que o ensino remoto emergencial tentou suprir a necessidade de substituir as aulas presenciais, dadas as circunstâncias do momento que impediam a sua realização. Contudo, essa forma não se mostrou eficiente tanto quanto pretendido e, inúmeros fatores corroboraram para isso, de modo que ficou perceptível a defasagem do ensino nas turmas observadas.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado Obrigatório; Ensino Híbrido; Ensino Fundamental; Educação; Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

Em virtude da pandemia causada pela Covid-19, as instituições educacionais optaram por realizar o ensino remoto emergencial como forma de conter a circulação do Coronavírus, utilizando-se de diferentes formas dos recursos computacionais. Porém, como observado em Grossi, Minoda e Fonseca (2020), muitas famílias precisaram compartilhar seus equipamentos de acesso à internet tais como celulares ou computadores para que seus filhos pudessem realizar atividades escolares ou de trabalho.

As atividades acadêmicas no curso de Ciências Biológicas-Licenciatura do *Campus* Muzambinho também foram adaptadas de modo a serem realizadas de forma remota, inclusive o Estágio Supervisionado Obrigatório.

A Resolução nº 4.506/2021, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), instituiu o ensino híbrido como modelo educacional para o ciclo dos anos letivos de 2020-2021. (MINAS GERAIS, 2021a). E com a alta taxa de vacinação, aliada a uma menor

¹ Discente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) – Campus Muzambinho. E-mail: napoleaozeitunijr@gmail.com

² Discente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) – Campus Muzambinho. E-mail: caiomgcvieira@gmail.com

³ Docente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) – Campus Muzambinho. E-mail: sueli.machado@muz.ifsuldeminas.edu.br

incidência de casos graves causados pela Covid-19, o sistema estadual, via Resolução nº 4.644/2021, retoma as atividades presenciais, a partir de 03 de novembro de 2021. (MINAS GERAIS, 2021b)

Este Relato de Experiência tem como objetivo estabelecer um comparativo, na vivência do Estágio Supervisionado Obrigatório no ensino de Ciências dos 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, realizado entre os meses de março a dezembro de 2021, nas três formas de ensino: remoto, híbrido e presencial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no parágrafo único do seu artigo 61, estabelece que a formação de professores, que sejam profissionais da educação básica, terá como fundamentos uma sólida formação básica de conhecimentos científicos e sociais das competências necessárias à docência e deve realizar a associação entre teorias e práticas por meio de estágios supervisionados e capacitação em serviço. (BRASIL, 1996)

Segundo Kensi (1991) citado por Borssoi (2008), o estágio deve ser realizado segundo parâmetros definidos de forma que ocorra o seu melhor aproveitamento. A sua importância se deve ao fato dele proporcionar, entre outros, conhecimentos a respeito do ambiente de trabalho (no caso a escola), conhecimentos pedagógicos, sobre a organização do ambiente escolar e administrativos. E para tal, o estágio precisa seguir um caminho dialético, “[...] onde professores/orientadores e alunos/acadêmicos possam argumentar, discutir, refletir e dialogar as práticas vivenciadas na escola” (BORSSOI, 2008, p. 4).

3. MATERIAL E MÉTODOS

O Estágio Supervisionado Obrigatório foi realizado na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, situada no município de Guaxupé (MG), na disciplina de Ciências para os 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, durante os meses de março a dezembro de 2021. As atividades realizadas foram distribuídas em três grandes categorias: Observação da Regência, Regência Compartilhada e Regência Individual, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Atividades realizadas no estágio supervisionado curricular de forma remota, em 2021.

Observação	Regência Compartilhada	Regência Individual
Análise de teleaulas do programa Se Liga na Educação ⁴ , via Rede Minas.	Elaboração de atividades de fixação, tais como: cruzadinha, Quizz, lista de exercícios etc.	Elaboração de videoaulas, com revisão de conteúdos, disponibilizadas aos discentes via grupo de <i>WhatsApp</i> .

⁴<http://redeminas.tv/seliganaeducacao/>

Análise de práticas pedagógicas e do Plano de Ensino Tutorado (PET) ⁵ , disponíveis na Plataforma Escola Interativa.	Correção de mapas mentais ou mapas conceituais ou de outros tipos de exercícios.	Elaboração e aplicação de aulas em momento síncrono.
Observação e análise de aulas síncronas, ocorridas via <i>Google Meet</i> ⁶ .	Elaboração e demonstração de Atividades Práticas, via videoaulas, disponibilizadas aos discentes via grupo de <i>WhatsApp</i> .	
Participação e análise de Reunião Pedagógica, ocorridas via <i>Google Meet</i> .		

Fonte: Os Autores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período totalmente remoto, percebemos o descontentamento de alunos, pais e/ou responsáveis e docentes, seja pela dificuldade de acesso às plataformas utilizadas pelos docentes de escolas estaduais, resultado esse também encontrado em Oliveira e Coelho (2020), seja pelo conflito das atividades domésticas com as escolares, conforme também apontado por Grossi, Minoda e Fonseca (2020). Isso resultou em baixa participação dos alunos nos momentos de interação síncrona e na realização das atividades, o que foi verificado pelo número pequeno de atividades entregues para correção dos estagiários e, também, via comentários de vários docentes da escola em questão.

No período híbrido, verificamos um aumento pequeno na participação dos alunos pois, a retomada das aulas presenciais foi gradual, com alternância entre semana remota e semana presencial. Todos os alunos da sala não podiam comparecer ao mesmo tempo, devido a alta taxa de contaminação (MINAS GERAIS, 2021a). Verificamos que alguns alunos retomaram as atividades, outros optaram por não ir com medo do contágio, e aqueles que iam, não encontravam todos os seus colegas.

E, por fim, no retorno ao sistema presencial, que ocorreu a partir de 03 de novembro de 2021, com todos os alunos em sala de aula e na escola, percebemos um ambiente mais agradável e mais similar àquilo que ocorria até 2019, antes da pandemia, com mais participação dos alunos nas aulas e nas atividades e aumento na interação aluno-aluno da mesma sala e com outras turmas. Nesta etapa verificamos como foi pequena a retenção de conhecimentos sobre os conteúdos pelos alunos durante o período remoto e híbrido. Isso resultou em duas estratégias utilizadas pelos docentes supervisores: retomar alguns conteúdos de anos anteriores e ministrar um mesmo conteúdo por mais tempo, não iniciando outro diferente para não confundir ou assustar os alunos.

5. CONCLUSÕES

⁵ https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets_ocultoelicao

⁶ <https://meet.google.com/>

No decorrer dessa experiência no Estágio Curricular Supervisionado pudemos perceber que o ensino remoto emergencial tentou suprir a necessidade de substituir as aulas presenciais, dadas as circunstâncias do momento que impediam a sua realização. Contudo, essa forma não se mostrou tão eficiente quanto pretendido e inúmeros fatores corroboraram para isso, como: dificuldade de acesso a recursos tecnológicos (computador, *notebook* ou *smartphone*); não acesso a internet de banda larga; baixa quantidade de internet quando utilizados os dados móveis; ausência de espaço ou ambiente domiciliar favorável ao estudo; conflito entre dar atenção e dedicar tempo às atividades escolares ou às atividades domiciliares.

E como foi algo que aconteceu inesperadamente, muitos docentes não tinham pleno domínio das plataformas e recursos digitais, seja para construir uma apresentação em *PowerPoint*, por exemplo. Observamos que muitos tiveram que aprender e lecionar utilizando as tecnologias da informação e comunicação de forma a deixar a aula um pouco mais atrativa para os estudantes.

Ao final do ano de 2021, com o retorno das atividades totalmente presenciais, verificamos a defasagem e dificuldade em que os alunos dos anos mencionados se encontravam na disciplina de Ciências, frente ao estudo dos temas dessa disciplina de forma remota. Dessa forma, em 2022, os docentes tiveram que lidar mais com a recapitulação de conteúdos de anos anteriores e menos com a introdução de novos conteúdos, de forma a minimizar a defasagem na aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BORSSOI, Berenice Lurdes. O estágio na formação docente: da teoria à prática, ação-reflexão. **Simpósio Nacional de Educação**, v. 20, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/34426298/Artigo_28.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; MINODA, Dalva de Souza Minoda; FONSECA, Renata Gadoni Porto. Impacto da pandemia do COVID-19 na educação: reflexos na vida das famílias. **Teoria e Prática da Educação**, v. 23, n. 3, p. 150-170, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/53672>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Resolução n. 4.506, de 25 de fevereiro de 2021**. Belo Horizonte-MG: SEE, 2021. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=26250-resolucao-see-n-4506-2021?layout=print>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Resolução n. 4.644, de 25 de outubro de 2021**. Belo Horizonte-MG: SEE, 2021. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=27451-resolucao-see-n-4-644-de-25-de-outubro-de-2021?layout=print>. Acesso em: 21 ago. 2022.